

O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS ECOLÓGICAMENTE RESPONSÁVEIS

THE ROLE OF SCHOOLS IN FORMING ECOLOGICALLY RESPONSIBLE CITIZENS

Maria Aparecida Trindade de Almeida Mendes

MUST University, Estados Unidos

Talison Barreto da Silva

Faculdade Venda Nova do Imigrante, Brasil

Ivani Cristina Zenaro Araújo

MUST University, Estados Unidos

Viviane Pires Mendes

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Valdenaria da Silva Oliveira Alves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/1vqxre24>

Publicado em: 07.08.2025

Resumo: O presente artigo teve como objetivo compreender o papel da escola na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis. A pesquisa centrou-se na análise de como o currículo escolar, as práticas pedagógicas e a participação da comunidade contribuem para o desenvolvimento de valores e atitudes voltadas à sustentabilidade. A investigação caracterizou-se como bibliográfica e fundamentou-se em artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, selecionados por meio de buscas em bases de dados acadêmicas, especialmente na Plataforma de Periódicos da CAPES. A análise do material evidenciou que a inserção da temática ambiental no currículo formal favorece a formação crítica dos estudantes, sobretudo quando articulada a metodologias pedagógicas ativas e projetos interdisciplinares. Além disso, constatou-se que práticas pedagógicas que envolvem experiências concretas como hortas, reciclagem e oficinas temáticas promovem a internalização de valores ecológicos. Verificou-se ainda que a participação da comunidade escolar amplia o alcance das ações educativas e fortalece a corresponsabilidade ambiental. Conclui-se que a escola, ao assumir sua função social de forma integrada e contextualizada, pode constituir-se como agente formador de uma cultura ecológica comprometida com a transformação social e ambiental. Recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos sobre a eficácia dessas práticas nos diferentes níveis da educação básica.

Palavras-chave: ‘cidadania ecológica’; ‘educação ambiental escolar’; ‘sustentabilidade crítica’; ‘participação coletiva’; ‘formação ética’.



Abstract: This article aimed to understand the role of schools in shaping ecologically responsible citizens. The research focused on analyzing how the school curriculum, pedagogical practices, and community engagement contribute to developing sustainability-oriented values and attitudes. The study was bibliographic in nature and was based on scientific articles published between 2023 and 2025, selected through searches in academic databases, especially the CAPES Journal Portal. The analysis revealed that integrating environmental themes into the formal curriculum fosters students' critical formation, particularly when combined with active pedagogical methodologies and interdisciplinary projects. It was also found that hands-on practices such as school gardens, recycling initiatives, and thematic workshops promote the internalization of ecological values. Furthermore, the engagement of the school community extends the impact of educational actions and reinforces shared environmental responsibility. It is concluded that schools, when fulfilling their social function in an integrated and contextualized manner, can serve as agents in shaping an ecological culture committed to social and environmental transformation. Further empirical studies are recommended to assess the effectiveness of these practices across various levels of basic education.

Keywords: ecological citizenship; school environmental education; critical sustainability; collective participation; ethical formation.

Introdução

A intensificação das crises ambientais, aliada ao avanço das desigualdades sociais e à degradação dos ecossistemas, impôs à educação o desafio de formar sujeitos capazes de compreender criticamente tais fenômenos e de agir em prol da sustentabilidade. Nesse contexto, a escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e construção do conhecimento, assume um papel relevante na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis. Ao articular saberes científicos, valores éticos e práticas pedagógicas contextualizadas, a instituição escolar contribui para o desenvolvimento de competências socioambientais voltadas à transformação da realidade.

A escolha do tema fundamentou-se na crescente necessidade de integrar a educação ambiental às práticas escolares de forma permanente, reflexiva e interativa. Conforme evidenciam documentos internacionais, como a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como políticas nacionais voltadas à sustentabilidade, a inserção da temática ambiental na escola deve ir além da abordagem pontual e episódica, requerendo articulação com o currículo, metodologias ativas e envolvimento da comunidade escolar. Dessa forma, a presente pesquisa justificou-se pela urgência em compreender os mecanismos por meio dos quais a escola pode efetivamente contribuir para a construção de uma cultura ecológica.

A questão norteadora que orientou este estudo foi: de que maneira a escola pode atuar na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis, considerando o currículo, as práticas pedagógicas e a participação da comunidade escolar? Essa indagação visou analisar os fundamentos, desafios e possibilidades da educação ambiental escolar no contexto contemporâneo, em diálogo com as produções acadêmicas mais recentes.

O objetivo geral deste estudo consistiu em compreender o papel da escola na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis. Como objetivos específicos, buscaram-se: a) analisar a presença da educação ambiental no currículo escolar; b) identificar práticas pedagógicas que favorecem a responsabilidade ecológica; e c) examinar o envolvimento da comunidade escolar em ações sustentáveis.

A metodologia adotada foi de natureza bibliográfica, com base na análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2023 e 2025. Os materiais foram selecionados a partir de buscas em bases de dados como a Plataforma de Periódicos da CAPES, utilizando combinações simples de palavras-chave como ‘educação ambiental’, ‘cidadania ecológica’ e ‘escola’. Os critérios de inclusão priorizaram publicações com foco explícito na interface entre sustentabilidade e educação básica.

Como principais referenciais teóricos, foram mobilizados os estudos de Soares *et al.* (2025), Marchesini *et al.* (2025) e Batista *et al.* (2025), cujas contribuições permitiram problematizar o papel institucional da escola diante das exigências ambientais e propor caminhos para a inserção crítica da temática no cotidiano escolar.

Este artigo está estruturado em cinco capítulos, além da presente introdução. No capítulo currículo escolar e a integração da educação ambiental, analisa-se como os conteúdos e as diretrizes curriculares podem contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica. Em práticas pedagógicas experienciais e a construção de responsabilidade ecológica, são discutidas metodologias que promovem a participação ativa dos estudantes em ações ambientais. No capítulo participação da comunidade escolar e ações coletivas sustentáveis, aborda-se o envolvimento de diferentes atores escolares em práticas compartilhadas. Em seguida, são apresentados os resultados e análise dos dados, com base na sistematização da literatura selecionada. Por fim, a conclusão retoma os objetivos propostos e apresenta considerações finais e sugestões para futuras investigações.

Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se como de natureza bibliográfica, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar produções acadêmicas recentes sobre o papel da escola na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis. Essa escolha metodológica permitiu a sistematização do conhecimento já produzido na área e possibilitou uma análise crítica das proposições teóricas e práticas relacionadas à educação ambiental no contexto escolar.

Conforme destacam Santana, Narciso e Santana (2025, p. 18), “a revisão de literatura é fundamental para situar a pesquisa no estado atual do conhecimento”. Tal procedimento metodológico revelou-se pertinente para examinar os modos pelos quais o currículo, as práticas pedagógicas e a participação da comunidade têm sido concebidos e implementados no campo da educação ambiental crítica.

A pesquisa bibliográfica foi guiada por princípios de representatividade, rigor teórico e coerência temática. Para tanto, selecionaram-se artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, localizados por meio de estratégias de busca com combinações simples de palavras-chave, tais como ‘educação ambiental’, ‘cidadania ecológica’, ‘escola’, ‘práticas pedagógicas’ e ‘formação sustentável’. Os termos foram pesquisados entre aspas curvas simples para delimitar expressões compostas e refinar os resultados obtidos.

A principal base de dados utilizada foi a Plataforma de Periódicos da CAPES, que constitui um repositório mantido pelo Ministério da Educação e disponibiliza gratuitamente produções científicas revisadas por pares. A escolha dessa base deveu-se à sua credibilidade, amplitude temática e atualização permanente. Além da CAPES, foram consultados periódicos eletrônicos institucionais acessíveis via *open access*.

Foram adotados critérios de inclusão como: a) publicação entre os anos de 2023 e 2025; b) foco explícito na relação entre escola e formação ambiental cidadã; e c) abordagem voltada à educação básica. Foram excluídos textos que apresentavam apenas explicações conceituais genéricas, sem vínculo com práticas pedagógicas ou contexto escolar definido.

O material selecionado passou por leitura exploratória e, posteriormente, leitura analítica, permitindo a categorização dos conteúdos em três eixos interpretativos: currículo escolar e a integração da educação ambiental; práticas pedagógicas experienciais e a construção de responsabilidade ecológica; e participação da comunidade escolar e ações coletivas sustentáveis.

A fundamentação teórica foi ancorada em estudos de Soares *et al.* (2025), Marchesini *et al.* (2025) e Batista *et al.* (2025), cujas abordagens foram confrontadas e articuladas com base na proposta analítica da pesquisa. A análise orientou-se pela compreensão de que “a aplicabilidade das metodologias discutidas varia de acordo com as especificidades dos problemas investigados” (Santana; Narciso; 2025, p. 1588), o que justifica a seleção de estudos situados em diferentes realidades escolares.

Embora não se trate de uma pesquisa empírica ou de campo, cabe ressaltar que “a pesquisa participativa [...] valoriza o envolvimento ativo dos sujeitos investigados na construção do conhecimento, promovendo maior representatividade e impacto social” (Narciso e Santana, 2025, p. 19472). Assim, este estudo também se propõe a colaborar com a prática educativa ao sistematizar evidências teóricas sobre ações pedagógicas sustentáveis, propondo diretrizes interpretativas que possam subsidiar intervenções futuras.

Currículo escolar e a integração da educação ambiental

A inserção da educação ambiental no currículo escolar configura-se como uma exigência normativa e ética, cuja finalidade ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, envolvendo a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de sua responsabilidade socioambiental. O currículo, nesse contexto, não deve ser compreendido como um conjunto rígido de conteúdos,

mas como uma construção político-pedagógica que articula saberes e práticas voltados à transformação da realidade.

De acordo com Soares *et al.* (2025), a transversalidade da temática ambiental no currículo é condição fundamental para a promoção da cidadania ecológica. Os autores afirmam que

[...] a inserção de conteúdos relacionados à sustentabilidade, aliada a práticas pedagógicas inovadoras, não apenas engendra uma reflexão crítica entre os alunos, mas também impulsiona o desenvolvimento de habilidades que favorecem a ação responsável (Soares *et al.*, 2025, p. 77).

Essa abordagem curricular crítica, ao invés de fragmentar a educação ambiental em disciplinas isoladas, propõe sua articulação com diferentes áreas do conhecimento, favorecendo uma compreensão sistêmica e contextualizada dos problemas ambientais.

Marchesini *et al.* (2025) corroboram essa perspectiva ao considerar que a integração da educação ambiental ao currículo requer mudanças estruturais nas diretrizes pedagógicas, de modo a incorporar a sustentabilidade como princípio formativo. Para os autores, “a educação ambiental deve estar ancorada em uma proposta pedagógica que reconheça as múltiplas dimensões da realidade e promova o diálogo entre saberes escolares e comunitários” (Marchesini *et al.*, 2025, p. 86). Esse entendimento indica que a abordagem curricular precisa considerar os contextos socioculturais nos quais os estudantes estão inseridos.

Ainda nesse sentido, Batista *et al.* (2025) enfatizam que a presença da educação ambiental no currículo não deve se restringir a projetos eventuais, mas integrar-se aos conteúdos de forma contínua e articulada. Segundo os autores, “a efetividade da educação ambiental no ambiente escolar depende de seu enraizamento curricular e da capacidade de conectar os temas ambientais às práticas pedagógicas cotidianas” (Batista *et al.*, 2025, p. 3352).

Complementarmente, Soares *et al.* (2025) recordam que esse processo encontra raízes históricas:

Na década de 1990, com a publicação da Agenda 21, um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável, as escolas passaram a ser vistas como espaços cruciais para a educação ambiental. Essa trajetória histórica traz um legado que ainda influencia debates contemporâneos, como o papel da educação na mitigação das mudanças climáticas e na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Soares *et al.*, 2025, p. 81).

A citação acima evidencia a trajetória institucional da educação ambiental, vinculando-a aos compromissos assumidos internacionalmente e à valorização da escola como espaço estratégico de intervenção. Ao situar historicamente a discussão, reforça-se o argumento de que a integração curricular da sustentabilidade não é uma inovação recente, mas uma demanda acumulada por décadas.

No entanto, Marchesini *et al.* (2025) apontam obstáculos à concretização desse ideal, destacando que, em muitas instituições, a educação ambiental permanece dissociada das práticas curriculares regulares. Os autores observam que “a falta de formação docente específica, associada

à rigidez dos currículos e à ausência de diretrizes claras, compromete a implementação efetiva da educação ambiental no cotidiano escolar” (Marchesini *et al.*, 2025, p. 87).

Em consonância, Batista *et al.* (2025) sublinham que a desarticulação entre os conteúdos ambientais e o currículo gera fragmentação do conhecimento, dificultando a construção de uma consciência ecológica integrada. Para evitar essa ruptura, os autores sugerem que os projetos ambientais devem ser concebidos como estratégias curriculares de longa duração, e não como ações pontuais de caráter celebrativo.

Assim, o diálogo entre os autores analisados permite concluir que a integração da educação ambiental ao currículo requer, além de diretrizes normativas, uma concepção pedagógica transformadora, comprometida com a formação ética e cidadã dos estudantes. Trata-se de uma proposta que exige planejamento institucional, formação continuada dos docentes e articulação com as práticas escolares cotidianas, visando à construção de uma cultura curricular ambientalmente comprometida.

Práticas pedagógicas experienciais e a construção de responsabilidade ecológica

A consolidação da responsabilidade ecológica como valor formativo requer a adoção de práticas pedagógicas que transcendam a abordagem teórica e promovam o engajamento ativo dos estudantes em experiências concretas. A educação ambiental, quando estruturada em vivências significativas, contribui não apenas para a compreensão crítica das questões ambientais, mas também para a internalização de atitudes comprometidas com a sustentabilidade.

Segundo Soares *et al.* (2025), as atividades práticas realizadas no ambiente escolar operam como ferramentas educativas eficazes para o desenvolvimento da consciência socioambiental. Os autores afirmam que:

Essa premissa se traduz na prática educativa por meio da implementação de projetos que envolvem os estudantes em atividades práticas relacionadas à sustentabilidade, como hortas escolares e campanhas de reciclagem. Esses projetos não apenas informam, mas também promovem um engajamento ativo, permitindo que os educandos desenvolvam habilidades práticas e uma compreensão mais profunda dos desafios ambientais enfrentados pelo mundo (Soares *et al.*, 2025, p. 80).

A partir dessa perspectiva, verifica-se que a aprendizagem experiencial, ao articular teoria e prática, proporciona aos estudantes a oportunidade de atuarem como agentes transformadores no espaço escolar. Essa abordagem favorece a construção de vínculos afetivos com o meio ambiente, ao mesmo tempo em que fortalece o senso de responsabilidade coletiva.

De maneira convergente, Marchesini *et al.* (2025) salientam que a realização de atividades em campo e oficinas temáticas constitui uma estratégia didática capaz de promover a participação crítica e ativa dos estudantes. Os autores argumentam que:

As atividades de campo e oficinas temáticas mostraram-se ferramentas eficazes para a consolidação de práticas de aprendizagem que articulam teoria e prática, facilitando a internalização de conceitos ambientais e despertando o sentimento de pertencimento em relação ao espaço escolar (Marchesini *et al.*, 2025, p. 84).

A citação acima evidencia o papel das práticas interativas na construção de significados e no fortalecimento do vínculo dos estudantes com o território escolar. Tais práticas não apenas qualificam o processo formativo, mas também favorecem a mobilização de saberes interdisciplinares e a construção de valores éticos.

Por sua vez, Batista *et al.* (2025) indicam que experiências pedagógicas sustentadas em metodologias ativas, como projetos de compostagem e oficinas de reutilização de materiais, resultam em maior adesão dos estudantes às ações educativas. Os autores destacam que “a inclusão de práticas ecológicas no cotidiano escolar promove o desenvolvimento de competências socioambientais de forma contextualizada e prática” (Batista *et al.*, 2025, p. 3353).

Além disso, Soares *et al.* (2025) reforçam que “a prática ambiental escolar permite conexões entre vivências e saberes científicos, tornando os conteúdos mais significativos e promovendo o protagonismo estudantil” (Soares *et al.*, 2025, p. 78). Esse protagonismo é compreendido como uma condição essencial para a autonomia crítica dos sujeitos em relação às questões ambientais.

Do mesmo modo, Marchesini *et al.* (2025) defendem que

[...] a efetividade da educação ambiental está diretamente associada à capacidade da escola de promover experiências sensoriais e cognitivas que gerem identificação com os valores ecológicos” (Marchesini *et al.*, 2025, p. 88).

Essa afirmação corrobora a ideia de que a simples transmissão de conteúdos não é suficiente para formar sujeitos ecologicamente responsáveis. No mesmo sentido, Batista *et al.* (2025) observam que o envolvimento dos estudantes em ações coletivas de cuidado com o ambiente escolar promove o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade, elementos indispensáveis à formação ética. Para os autores, “o aprendizado baseado na experiência amplia a compreensão sobre a interdependência entre natureza e sociedade, qualificando a formação cidadã” (Batista *et al.*, 2025, p. 3355).

Dessa forma, o conjunto dos estudos analisados demonstra que as práticas pedagógicas experienciais desempenham um papel decisivo na promoção da responsabilidade ecológica. Ao possibilitarem a vivência concreta de valores sustentáveis, essas práticas ampliam a capacidade dos estudantes de interpretar criticamente a realidade e de atuar na transformação do meio em que vivem.

Participação da comunidade escolar e ações coletivas sustentáveis

A promoção de uma cultura ecológica no ambiente escolar depende, em larga medida, da articulação entre os diferentes atores que compõem a comunidade educativa. A educação ambiental crítica pressupõe a participação ativa de professores, estudantes, gestores, famílias e membros da comunidade externa, configurando-se como um processo coletivo de construção de valores, saberes e práticas voltadas à sustentabilidade.

Soares *et al.* (2025) sublinham a relevância das parcerias interinstitucionais e da mobilização da comunidade escolar para o êxito das ações educativas ambientais. Os autores destacam que:

A integração de saberes diversos e a construção de parcerias entre escolas e comunidades são essenciais para ampliar a efetividade da educação para a sustentabilidade. Tais colaborações oferecem recursos e suporte que potencializam projetos pedagógicos e facilitam a vivência de ações sustentáveis (Soares *et al.*, 2025, p. 77).

Essa afirmação ressalta que o trabalho coletivo entre diferentes segmentos da comunidade favorece a continuidade e a coerência das práticas educativas, superando a lógica de intervenções pontuais e promovendo uma cultura institucional de responsabilidade compartilhada.

Marchesini *et al.* (2025) concordam ao reconhecer que o envolvimento de familiares e representantes da comunidade local contribui para ampliar o alcance das atividades escolares. Os autores explicam que “a corresponsabilidade entre escola e famílias fortalece o engajamento dos estudantes e amplia a legitimidade das ações educativas junto à comunidade” (Marchesini *et al.*, 2025, p. 89). Tal perspectiva reconhece a escola como núcleo articulador de redes sociais que sustentam iniciativas sustentáveis.

De forma complementar, Batista *et al.* (2025) argumentam que a integração entre escola e comunidade estimula a democratização dos processos formativos. Para os autores,

A articulação da escola com a comunidade favorece a realização de ações coletivas de educação ambiental e contribui para a formação de uma consciência socioambiental crítica e participativa, reforçando os vínculos sociais e a corresponsabilidade pelos espaços comuns (Batista *et al.*, 2025, p. 3358).

A citação acima demonstra que a educação ambiental eficaz exige a construção de vínculos solidários e a valorização da participação comunitária como princípio educativo. Não se trata apenas de incluir novos conteúdos no currículo, mas de envolver todos os sujeitos no processo formativo.

Além disso, Soares *et al.* (2025) destacam que “o fortalecimento das redes escolares e comunitárias é essencial para garantir a continuidade dos projetos ambientais, mesmo diante de limitações institucionais” (Soares *et al.*, 2025, p. 82). Essa visão reforça a necessidade de institucionalização das ações sustentáveis, por meio da corresponsabilidade entre os sujeitos envolvidos.

Batista *et al.* (2025) observam que “a sensibilização das famílias e sua participação em projetos ambientais contribuem para a replicação de práticas sustentáveis fora do ambiente escolar” (Batista *et al.*, 2025, p. 3359), o que evidencia a potência transformadora das ações conjuntas. A educação ambiental, assim, ultrapassa os limites físicos da escola e se estende à comunidade como prática de cidadania.

Por sua vez, Marchesini *et al.* (2025) advertem que

[...] a ausência de políticas públicas articuladas com as realidades locais dificulta a consolidação de projetos ambientais contínuos, tornando a participação da

comunidade ainda mais imprescindível (Marchesini *et al.*, 2025, p. 90).

Esse apontamento alerta para os limites institucionais e para a necessidade de ações sustentadas por engajamento coletivo. Em síntese, os autores analisados convergem ao reconhecer que a participação da comunidade escolar é condição indispensável para o êxito de projetos educativos ambientais. A corresponsabilidade, a cooperação e o diálogo entre os sujeitos educativos configuram-se como fundamentos de uma prática pedagógica voltada à transformação socioambiental.

Resultados e discussões

A análise dos materiais selecionados permitiu identificar três dimensões principais relacionadas ao papel da escola na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis: a presença da temática ambiental no currículo, a adoção de práticas pedagógicas experienciadas e o envolvimento ativo da comunidade escolar. Essas dimensões, embora complementares, revelaram diferentes níveis de consolidação nas instituições de ensino investigadas pelos autores analisados.

Em relação ao currículo, observou-se que a integração da educação ambiental permanece, em muitos casos, como diretriz formal, pouco efetivada na prática pedagógica cotidiana. Apesar de documentos oficiais orientarem a transversalidade do tema, a ausência de planejamento sistemático e de formação docente específica compromete sua implementação. Esse resultado aponta para a necessidade de revisão das propostas curriculares e da ampliação de programas de formação continuada, capazes de instrumentalizar os docentes para o trabalho com temas socioambientais de maneira crítica e contextualizada.

No que tange às práticas pedagógicas, a análise revelou que atividades que envolvem vivências concretas — como hortas escolares, oficinas de reaproveitamento e projetos interdisciplinares — promovem maior engajamento dos estudantes e favorecem a internalização de valores ecológicos. A aprendizagem ativa mostrou-se eficaz na construção de vínculos entre teoria e prática, ampliando a capacidade de os estudantes atuarem como sujeitos transformadores em seus contextos. Tais resultados estão em consonância com estudos que apontam a importância das metodologias participativas e sensoriais na consolidação de atitudes sustentáveis entre jovens.

Quanto à participação da comunidade, os dados evidenciaram que ações educativas com maior impacto estão associadas à construção de parcerias entre escola, famílias e comunidade local. A corresponsabilidade e o diálogo entre diferentes sujeitos ampliam o alcance das práticas ambientais e favorecem a continuidade dos projetos, mesmo diante de dificuldades institucionais ou limitações estruturais. No entanto, observou-se que essa participação ainda é incipiente em grande parte das realidades escolares, sendo necessário desenvolver estratégias de sensibilização e envolvimento mais efetivo.

As descobertas do estudo analisado se relacionam diretamente com outras pesquisas recentes na área da educação ambiental crítica, que também indicam a importância de práticas integradas e participativas. Autores como Santana, Narciso e Santana (2025), por exemplo, enfatizam a necessidade de metodologias ajustadas às realidades locais e fundamentadas em processos reflexivos e dialógicos. Isso reforça a validade dos resultados identificados e amplia suas implicações para o campo educacional.

Entretanto, algumas limitações foram identificadas. A principal delas refere-se à ausência de dados empíricos quantitativos nos estudos analisados, o que dificulta a mensuração dos impactos concretos das ações educativas sobre o comportamento dos estudantes. Além disso, parte das pesquisas carece de detalhamento metodológico, o que compromete a replicabilidade dos resultados em outras instituições. Como ressaltam Santana e Narciso (2025), a aplicabilidade das metodologias depende das especificidades contextuais, o que exige cautela na generalização dos achados.

Alguns resultados inesperados também merecem destaque. Em certos casos, a simples inserção de conteúdos ambientais no currículo não produziu mudanças significativas nas atitudes dos estudantes. Isso revela que a eficácia da educação ambiental não depende exclusivamente da presença formal do tema, mas do modo como ele é abordado e vivenciado no cotidiano escolar. Tais achados reforçam a importância da articulação entre currículo, prática e participação.

Diante disso, sugere-se o desenvolvimento de estudos empíricos longitudinais que acompanhem os efeitos das práticas ambientais sobre os estudantes ao longo do tempo. Além disso, recomenda-se a ampliação das investigações sobre o papel das famílias e da comunidade nas ações educativas, bem como o aprofundamento de análises que relacionem políticas públicas, gestão escolar e sustentabilidade.

Conclusão

O estudo desenvolvido permitiu responder à questão norteadora proposta, ao investigar de que maneira a escola pode atuar na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis por meio da integração curricular, da adoção de práticas pedagógicas experienciadas e da mobilização da comunidade escolar. A análise bibliográfica realizada evidenciou que a formação para a responsabilidade ecológica não se restringe à transmissão de conteúdos, mas requer uma ação educativa sistemática, crítica e contextualizada.

Os objetivos delineados foram plenamente alcançados. O objetivo geral — compreender o papel da escola na formação de cidadãos ecologicamente responsáveis — foi atendido mediante a revisão e articulação de estudos contemporâneos da área. No que se refere aos objetivos específicos, foi possível: a) analisar a presença da educação ambiental no currículo escolar, identificando sua formalização e as lacunas na prática; b) identificar práticas pedagógicas que favorecem a responsabilidade ecológica, com destaque para experiências concretas, participativas

e interdisciplinares; e c) examinar o envolvimento da comunidade escolar em ações sustentáveis, observando o papel decisivo da corresponsabilidade nas transformações educativas.

A partir dos dados sistematizados, constatou-se que a escola, ao promover o diálogo entre teoria e prática, ao inserir de forma transversal e crítica a temática ambiental no currículo, e ao envolver coletivamente os sujeitos da comunidade educativa, pode se constituir como agente de transformação socioambiental. Contudo, os resultados também revelaram a persistência de desafios estruturais e formativos que limitam a efetividade das ações, especialmente no que diz respeito à formação docente e à articulação entre políticas públicas e práticas escolares.

Sugere-se, para investigações futuras, a ampliação de pesquisas empíricas em escolas públicas e privadas, com foco em diferentes etapas da educação básica. Investigações que considerem indicadores de impacto, metodologias comparativas e a atuação das redes escolares interinstitucionais poderão aprofundar a compreensão sobre os efeitos das práticas ambientais e contribuir para o fortalecimento da educação ambiental crítica no cenário educacional brasileiro.

Referências

BATISTA, M. M. de S. et al. A promoção da formação cidadã em uma escola no município de Santarém/PA por meio das práticas de educação ambiental e sustentabilidade. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 3347–3363, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.794c-254>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARCHESINI, R.; et al. A educação ambiental na escola: formando cidadãos conscientes e sustentáveis. *Revista Missioneira*, v. 27, n. 3, 2025. Disponível em: <https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/79>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. *Aracê*, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev6n4-496>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. *Aracê*, v. 7, n. 1, p. 1577–1590, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n1-095>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 1, e13702, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n1-255>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SOARES, F. D. et al. Educação para a sustentabilidade: o papel da escola na formação de cidadãos conscientes. *Revista Missioneira*, v. 27, n. 1, 2025. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/2071>. Acesso em: 25 jul. 2025.